



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

| 1. DADOS DO PROCESSO:  |   |
|--|---|
| Nº do Processo:  | 26006/2025  |
| Estudo Preliminar nº:  | 01/2025   |
| Secretaria:  | Secretaria de Gestão e Recursos Humanos   |
| Setor / Órgão:   | Subsecretaria de Recursos Humanos   |
| Objetivo:  | Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação, <b>sem ônus</b> para o MNF, de empresa especializada na gestão da margem de <b>empréstimos consignados</b> para os servidores públicos vinculados a Prefeitura do Município de Nova Friburgo, por meio da disponibilização de sistema informatizado, seguro, automatizado e integrado, que possibilite o controle, a administração e o acompanhamento em tempo real dos limites consignáveis, conforme a legislação vigente. |
| Equipe de Planejamento:  | <b>Gestor:</b> Erica Pinheiro Terra – matr.: 199.206  |
|  | <b>Apoio Técnico:</b> Bárbara Storck Pedrosa – matr.: 063.436   |
|  | <b>De acordo:</b> Rodrigo Jardim Ascoly – matr.: 063.781  |
| 2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES  |   |
| <p>O Município de Nova Friburgo não possui Plano Anual de Contratações, motivo pelo qual justifica-se a ausência do elemento elencado no art. 18, § 1º, II da Lei 14.133/2021.</p> <p>Não obstante, há de se ressaltar que a contratação de um sistema especializada na gestão da margem de <b>empréstimos consignados</b>, representa uma medida estratégica e necessária para a modernização da gestão pública, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.</p> <p>Importa destacar, ainda, que se trata de <b>contratação sem ônus para o Município</b>, haja vista que o pagamento pelos serviços prestados é realizado diretamente pelas instituições consignatárias à empresa contratada, conforme prática usual nesse tipo de operação.</p> <p>A modernização dos sistemas operacionais é imperativa para garantir a conformidade com as exigências legais, bem como a legislação Municipal.</p> <p>Neste sentido, mostra-se a extrema necessidade da referida contratação, mesmo que inexistente o Plano Anual de Contratações, permitindo a Administração alinhar-se de maneira proativa as exigências legais, evitando-se possíveis penalidades e litígios trabalhistas.</p> <p>Nesse contexto, a previsão de contratação do objeto deste estudo reflete a antecipação de uma necessidade crucial para a melhoria da gestão de pessoal, um dos recursos mais valiosos da administração pública.</p> |   |
| 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:   |   |
| <p>O objeto do presente ETP, elaborado pela Subsecretaria de Recursos Humanos – Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos – tem como objetivo a escolha da melhor solução para atender as demandas do MNF relacionadas a gestão de empréstimo consignado para os servidores vinculados a este Município, à luz do art. 18, § 1º, I da Lei 14.133/2021.</p>   |   |



A presente contratação visa atender à necessidade de aprimorar o controle e a gestão das margens consignáveis dos servidores públicos da PMNF, diante do crescente volume de operações relacionadas a empréstimos consignados em folha de pagamento, que exige maior segurança, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

Atualmente, a gestão desse processo é realizada com o suporte de sistema disponibilizado por meio de contrato de comodato com a empresa ZetraSoft. Entretanto, tal vínculo, findará em Outubro/2025, devendo ocorrer o devido processo licitatório, garantindo à Administração a estabilidade jurídica, bem como a continuidade obrigatória da prestação dos serviços.

A ausência de contratação formalizada compromete o interesse público, uma vez que fragiliza o controle interno sobre as margens consignáveis, expõe os servidores ao risco de superendividamento e amplia a vulnerabilidade da Administração frente a possíveis fraudes, inconsistências cadastrais e conflitos com instituições financeiras.

Em termos quantitativos, atualmente o número de servidores com empréstimo consignável ativo é de **4.327 (quatro mil, trezentos e vinte e sete) – base de Julho de 2025** – com operações mensais que envolvem solicitações, bloqueios, desbloqueios, ajustes, consulta de margem e autorizações de novos contratos. A demanda, portanto, é contínua, sensível e impacta diretamente na vida funcional e financeira dos servidores municipais.

Ademais, é importante mencionar que atualmente, a Subsecretaria de Recursos Humanos possui em sua estrutura 32 (trinta e dois) servidores, somando-se apenas **7 (sete) servidores** que compõem o **Setor de Folha de Pagamento**, o que gera exaustiva dedicação para apurar manualmente todas as ocorrências relativas ao registro de empréstimo consignável do quadro de servidores.

Diante disso, a contratação de empresa especializada, com fornecimento de solução informatizada, automatizada e segura, é medida necessária e urgente, permitindo à Administração garantir maior eficiência no controle dos limites consignáveis, assegurar a conformidade com a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) e a LGPD, prevenir riscos operacionais, jurídicos e reputacionais, melhorar a transparência e a governança no relacionamento com os servidores e instituições financeiras, proporcionar atendimento célere, preciso e digital aos usuários do sistema.

Desta forma, justifica-se plenamente a necessidade da contratação ora proposta, com vistas à proteção do interesse público, à modernização da gestão administrativa e à promoção da responsabilidade fiscal.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Considerando o art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a futura contratação deverá promover durante 60 (sessenta) meses, os serviços de gestão da margem de **empréstimos consignados** para os servidores da PMNF, conforme Termo de Referência.

Conforme o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e art. 32, §1º da Lei 14.133/2021, a presente licitação adota o **critério de julgamento Melhor Técnica**, visando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração com base em critérios de **avaliação técnica da solução proposta**, dada a natureza especializada do serviço e os riscos associados à gestão de dados sensíveis e direitos dos servidores públicos.



A presente contratação deverá observar os requisitos técnicos e funcionais necessários e suficientes para garantir a solução mais adequada ao atendimento do interesse público, assegurando qualidade, segurança, rastreabilidade e eficiência na gestão das margens consignáveis dos servidores públicos da PMNF. Desta forma, as empresas interessadas deverão comprovar a capacidade técnica para executar os serviços por meio da apresentação de proposta técnica com os seguintes requisitos:

### **1.1 Requisitos da Solução Tecnológica (Sistema de Gestão da Margem):**

1.1.1 Plataforma 100% web, compatível com os principais navegadores (Google Chrome, Firefox, Edge).

1.1.2 Acesso segregado por perfis (gestores, RH, consignatárias, servidor).

1.1.3 Disponibilidade mínima de 99,5%, com atendimento 24h e suporte técnico em horário comercial.

1.1.4 Autenticação com múltiplos fatores (MFA) e criptografia dos dados.

1.1.5 Integração automatizada com o sistema de folha de pagamento do Município.

1.1.6 Controle de margem por vínculo, tipo de consignação e servidor.

1.1.7 Funcionalidade para auditoria, geração de relatórios gerenciais e exportação em formatos diversos (PDF, CSV, XLS).

1.1.8 Registro de logs de acesso e alterações, com rastreabilidade total.

1.1.9 Interface responsiva (compatível com dispositivos móveis).

1.1.10 Módulo de comunicação com instituições consignatárias (inclusão, alteração e cancelamento de contratos).

1.1.11 Painel de governança para o Município, com alertas de inconsistência e *dashboards* analíticos.

### **1.2 Requisitos de Qualificação Técnica:**

1.2.1 Apresentação de pelo menos 2 (dois) atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, com uso de sistema informatizado de gestão da margem consignável.

1.2.2 Relato descritivo da metodologia de implantação, suporte, treinamento e acompanhamento técnico.

1.2.3 Apresentação de plano de contingência e política de segurança da informação.

### **1.3 Requisitos de Sustentação Técnica da Proposta:**

1.3.1. Equipe técnica mínima dedicada (ou alocável), composta por:

- 1 gerente de projeto com experiência em gestão pública ou consignações;
- 1 analista de sistemas responsável pela integração com folha de pagamento;



- 1 especialista em segurança da informação;
- Manual de operação do sistema, com fluxos e instruções de uso.

#### 1.4 Critérios de Avaliação da Proposta Técnica:

A pontuação da proposta técnica poderá seguir parâmetros como:

| PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA           |                   |
|--|-------------------|
| ITEM AVALIADO                                | PONTUAÇÃO MÁXIMA  |
| Funcionalidades do sistema                   | 30 pontos         |
| Metodologia de implantação e suporte         | 20 pontos         |
| Qualificação e experiência da equipe técnica | 20 pontos         |
| Experiência comprovada em contratos públicos | 20 pontos         |
| Plano de segurança e contingência            | 10 pontos         |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>100 PONTOS</b> |

Dada a complexidade do objeto, a sensibilidade das informações envolvidas (dados financeiros e pessoais dos servidores), e a necessidade de garantir segurança, estabilidade e controle operacional contínuo, o critério de julgamento “**Melhor Técnica**” é o mais adequado, pois privilegia a qualidade da solução ofertada, mitigando riscos operacionais e jurídicos à Administração.

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

A presente contratação refere-se à prestação de serviços especializados, por meio da disponibilização de *software* de gerenciamento das margens consignáveis dos servidores públicos do MNF. Trata-se, portanto, de um serviço **contínuo**, cuja demanda está diretamente vinculada à adesão voluntária dos servidores municipais à contratação de empréstimos consignados.

Nos termos do art. 18, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021, **não é possível estabelecer um quantitativo fixo de operações ou transações mensais**, uma vez que o volume de solicitações de consignações varia conforme fatores econômicos, políticos e individuais, como taxas de juros praticadas, oferta de crédito pelas instituições financeiras conveniadas, perfil de endividamento dos servidores, eventos sazonais (início do ano letivo, fim de ano, reajustes salariais, entre outros) e mudanças na legislação.

Apesar da imprevisibilidade quanto à quantidade exata de operações, a Administração compreende que se trata de serviço essencial e contínuo, cuja **demand mínima é garantida pela própria rotina funcional** do município. A opção pela **contratação pelo período de 60 (sessenta) meses**, prorrogável por igual período, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, se mostra a forma mais adequada de mensurar a necessidade, evitando desperdícios ou interrupções na prestação do serviço.

Por fim, destaca-se que por se tratar de espécie de **comodato** ao MNF, não envolverá custos para o



Município, somente para os bancos credenciados.

#### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Atentando-se ao fato de que atualmente o MNF encontra-se com Contrato de Comodato ativo, o qual será finalizado em **Outubro** do corrente ano, bem como o fato do grande número de servidores possuírem empréstimo consignado ativo com desconto com Folha de Pagamento (**4.327 servidores – base de Julho de 2025**), é indiscutível que a contratação de empresa especializada na gestão da margem de **empréstimos consignados** para os servidores públicos do MNF é a única solução viável para a resolução da presente demanda.

Em conformidade com o disposto no art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar, comparar e avaliar as soluções disponíveis que possam atender à necessidade de contratação de sistema informatizado, seguro, automatizado e integrado, que possibilite o controle, a administração e o acompanhamento em tempo real dos limites consignáveis para os servidores públicos da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. Para tanto, foi adotada a seguinte metodologia:

- Análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, com consulta a plataformas como o Compras.gov.br, PNCP e Portal da Transparência de outros municípios, conforme links abaixo:
- <https://pncp.gov.br/app/editais/07387392000132/2025/39>
- <https://pncp.gov.br/app/editais/20218988000177/2025/3>
- <https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/25107525000151/compras/2024/110/arquivos/1>
- <https://ilhota.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/Estudo-Tecnico-Preliminar-ETP-12.pdf>

Foram encontradas três soluções para o atendimento da necessidade descrita, com base nas pesquisas de mercado realizadas, vejamos:

1. Solução A → **Desenvolver sistema internamente**: impraticável. A equipe de TI não possui recursos humanos e técnicos para desenvolvimento, implantação e suporte continuado.
2. Solução B → **Contratar sistema pago**: possível, entretanto, demandaria previsão orçamentária. Nesse momento, não há dotação específica para isso.
3. Solução C → **Contratação de empresa especializada com remuneração exclusivamente proveniente das instituições financeiras conveniadas**: viável e vantajoso. Atende à necessidade sem ônus financeiro e com base em seleção pública transparente.

Essa diversidade permite à Administração escolher por meio do processo licitatório a opção que melhor se adeque às necessidades locais, ao porte da folha de pagamento e ao nível de controle e integração desejado, sempre com observância do princípio da economicidade e da segurança da informação.

Após análise comparativa das alternativas levantadas, optou-se pela **Solução C – Contratação de**



**empresa especializada com remuneração exclusivamente proveniente das instituições financeiras conveniadas**, por apresentar **ausência de custos diretos à Administração Pública**, atendimento integral aos requisitos técnicos do objeto, modelo amplamente consolidado em administrações públicas de diferentes portes, ganhos de eficiência na gestão da margem consignável e maior controle dos empréstimos consignados.

Cabe destacar que os custos operacionais e de manutenção da solução são absorvidos integralmente pela empresa contratada, remunerada pelas instituições financeiras interessadas em realizar operações de crédito consignado com os servidores públicos.

## 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

O método da estimativa de preços/previsão de preços referenciais, segue as diretrizes da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Item 3.6, ‘a’, Anexo III da IN nº 05/2017.

Neste sentido, a não há estimativa preliminar, uma vez que o pagamento pelos serviços prestados é realizado diretamente pelas instituições consignatárias à empresa contratada, conforme o levantamento de mercado realizado, bem como nas soluções apresentadas e os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei n.º 14133/2021.

Após buscas por contratações similares baseadas em pesquisas por outros entes públicos, com consulta a plataformas como o Compras.gov.br, e o PNCP, conforme print's abaixo:

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

[Editar](#)

Edital de Chamamento Público nº 002/2025

Acessar Contratação

Última atualização 07/07/2025

Local: Aracoiaba/CE

Órgão: MUNICIPIO DE ARACOIABA

Unidade compradora: 0002 - Secretaria de Finanças

Modalidade da contratação: Credenciamento

Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 79. I

Tipo: Edital de Chamamento Público

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 07/07/2025

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 08/07/2025 09:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 31/12/2025 23:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 07387392000132-1-000039/2025

Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, interessadas em proceder a concessão de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito, com consignação em folha de pagamento, para servidores ativos (efetivos e comissionados) e inativos os pensionistas, sem quaisquer ônus para o Município de Aracoiaba, nas condições e características a seguir descritas

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

RS 0.00

[Editar](#)

Edital de Chamamento Público nº 001/2025

Acessar Contratação

Última atualização 07/07/2025

Local: Divinópolis de Minas/MG

Órgão: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Unidade compradora: 845 - Unidade Única

Modalidade da contratação: Credenciamento

Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 79. I

Tipo: Edital de Chamamento Público

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 07/07/2025

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 04/07/2025 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 31/12/2025 23:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 20218988000177-1-000003/2025

Fonte: Licitat Digital - Plataforma de Licitações Online

Objeto:

credenciamento de instituição financeira autorizada pelo banco central do Brasil, para centralizar e processar os créditos de folha de pagamento de todos os servidores do SAAE Divinópolis de Minas, sem ônus para a contratante, e empréstimo com consignação em folha

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

RS 0.00





Nos termos do inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta estimativa de valor visa permitir a análise da viabilidade econômica da solução proposta, mesmo quando não houver previsão de repasse direto de recursos públicos, de modo a orientar a Administração Pública na escolha da alternativa mais vantajosa.

A presente contratação tem por objeto a implantação e disponibilização, sem custos para a Administração Pública, de sistema informatizado, seguro, automatizado e integrado para gestão da margem consignável dos servidores públicos vinculados à Prefeitura do Município de Nova Friburgo, cuja remuneração ocorrerá **exclusivamente via repasse realizado pelas instituições financeiras conveniadas à empresa contratada, sem qualquer ônus financeiro direto ao erário, vejamos:**

| Item   | Quantidade          | Premissas  | Cálculo / Observações   | Custo estimado para a Administração       |
|--|---------------------|--|---|---|
| <b>Total de Servidores Ativos</b>  | 8.307 servidores    | Refere-se à base potencial de usuários do sistema                  | Importa para cálculo de escala e suporte técnico  | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Servidores com Consignado Ativo</b>   | 4.327 servidores    | Base mensal média de contratos com margem ativa                    | Dados usados para estimar o volume operacional  | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Volume estimado de parcelas mensais consignadas</b>   | 4.327 contratos/mês | Supondo 1 contrato por servidor consignado                         | Utilizado para estimar a remuneração da empresa contratada                                    | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Remuneração do fornecedor (modelo de mercado)</b>   | -                   | Percentual entre 1,5% e 2,5% por parcela mensal, pago pelos bancos | Ex: parcela de R\$ 500,00 → comissão entre R\$ 7,50 e R\$ 12,50 por contrato, paga pelo banco | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Custo mensal direto para a Prefeitura</b>   | -                   | Contratação sem ônus para o ente público                           | Não há pagamento, compra de licenças, nem locação de sistema                                  | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Custo anual estimado para a Prefeitura</b>  | -                   | -  | Permanência do modelo sem repasse de recursos públicos  | <b>R\$ 0,00</b>                           |
| <b>Custos indiretos eventuais (capacitação, integração com folha, apoio técnico de TI, etc.)</b> | Baixo impacto       | Realizados com recursos internos                                   | Estimado como custo residual e pontual  | <b>Sem impacto orçamentário relevante</b> |

A estimativa de valor da contratação foi realizada com base no levantamento de mercado apresentado neste estudo, priorizando a Solução C, que atende integralmente aos requisitos técnicos do MNF, uma vez que o modelo adotado representa um ganho de eficiência sem impacto orçamentário, já que a empresa contratada se remunera diretamente com base nos valores pagos pelas instituições financeiras.

Desta forma, o **gasto público é nulo**, e os custos operacionais são absorvidos por terceiros, sendo necessário apenas gestão e monitoramento do convênio, sem necessidade de dotação orçamentária específica. Ademais, eventuais ajustes ou suporte técnico podem ser prestados pela contratada, conforme cláusulas contratuais.

Ressalta-se que uma estimativa fidedigna se dará no momento da pesquisa de preço, tendo em vista a complexidade de busca no mercado do objeto a ser contratado e especificidades de cada contratante.



A estimativa do valor da contratação realizada no presente estudo, visa registrar o gasto estimado com a solução a ser escolhida, permitindo que a Administração Pública avalie a viabilidade econômica desta opção, considerando a adequação orçamentária do órgão/entidade.

#### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução vencedora deverá consistir na contratação de empresa especializada para a disponibilização, operação e manutenção de sistema informatizado, seguro, automatizado e integrado à folha de pagamento da PMNF, voltado à gestão da margem consignável de empréstimos dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, por meio de plataforma digital de acesso *web*, proporcionando maior segurança dos dados, melhoria na gestão, qualidade e transparência na aplicação dos recursos públicos, conforme determina o art. 18, §1º, VII da Lei n.º 14.133/2021.

Trata-se de contratação de prestação de serviço contínuo, de natureza tecnológica, que envolverá o fornecimento de solução sistêmica completa, com funcionamento ininterrupto e suporte técnico contínuo. O sistema deverá ser capaz de controlar, autorizar, registrar e auditar, em tempo real, os lançamentos e compromissos da margem consignável, com integração automática com a folha de pagamento do Município conforme Termo de Referência, para o período de 60 meses, possuindo, no mínimo os seguintes elementos necessários ao adequado atendimento da necessidade administrativa:

- **Sistema Web:** hospedado em ambiente seguro, com funcionamento 24h/dia, 7 dias por semana, acessível por login e senha, com uso de múltiplos níveis de autenticação e controle de acesso;
- **Integração Automatizada:** por meio de APIs ou *webservices* com o sistema de folha de pagamento da Administração, para sincronização de dados cadastrais e margens disponíveis;
- **Módulo de Gestão do RH:** para acompanhamento, auditoria, autorização e bloqueio de operações, bem como emissão de relatórios gerenciais;
- **Manutenção e Suporte Técnico:** inclusos de forma contínua, com atendimento remoto e/ou presencial em caso de falhas críticas ou integrações sistêmicas;
- **Gestão de Convênios com Instituições Financeiras:** a contratada será responsável pela integração com os bancos interessados, sem envolvimento da Administração;
- **Registro de Logs e Trilhas de Auditoria:** com rastreabilidade de todas as operações, garantindo a conformidade e segurança da informação;
- **Atualizações Tecnológicas:** contínuas, sem ônus para o Município, assegurando compatibilidade com mudanças legislativas ou operacionais;
- **Modelo de remuneração sem repasse de recursos públicos:** a contratada será remunerada exclusivamente pelas instituições financeiras conveniadas, mediante percentual previamente pactuado sobre as operações realizadas (sem interferência da Administração).

A solução deve atender integralmente aos requisitos previstos no Termo de Referência, no Edital e demais anexos, garantindo interoperabilidade com os sistemas existentes da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Com base no disposto no art. 40, §2º, incisos II e III, da Lei n.º 14.133/2021, bem como a orientação





disposta na Súmula 247 do TCU, a adoção do parcelamento da solução é regra, razão pela qual é recomendável que a contratação seja organizada em itens, buscando a ampliação da competição, evitando-se assim, a concentração de mercado. Entretanto, considerando presumida inconveniência da Administração possuir inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes a entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas do objeto da presente licitação, está se adotando o **critério de julgamento global**.

O objeto em análise refere-se à contratação de empresa especializada na gestão da margem consignável de empréstimos dos servidores públicos municipais, por meio da disponibilização de sistema informatizado, seguro, automatizado, com acesso *web* e integração com a folha de pagamento da Prefeitura, incluindo suporte técnico e operacional, gerenciamento de convênios com instituições financeiras e manutenção evolutiva do sistema, na forma do art. 18, §1º, VIII da Lei 14.133/21.

Considerando a natureza integrada da solução pretendida e a necessidade de uniformidade técnica, compatibilidade sistêmica e eficiência na implantação e suporte, **o objeto desta licitação é tecnicamente indivisível**, nos termos do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A divisão comprometeria a integridade funcional da solução, aumentaria os custos de operação e traria riscos à continuidade do serviço.

#### 10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Com base nas pesquisas realizadas e na demanda identificada, o MNF tem como objetivo assegurar aos servidores uma prestação de serviço eficiente e adequada quanto aos serviços de gestão da margem de **empréstimos consignados** para os servidores da PMNF.

Com a implantação de sistema informatizado para gestão da margem consignável, espera-se alcançar resultados diretos e indiretos, mensuráveis e alinhados aos princípios da eficiência e da economicidade, garantindo o aumento da eficiência na gestão de consignações em folha de pagamento, a melhoria no controle e na segurança das operações financeiras dos servidores, maior transparência dos dados da folha de pagamento, a redução de atendimento presencial e emissão de documentos manuais, além da ampliação do controle institucional e da capacidade de auditoria interna, conforme determina o art. 18, § 1º, IX da Lei 14.133/21.

#### 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, estão de acordo com o art. 18, § 1º, X da lei 14.133/2021, sendo certo que a tecnologia a ser implementada será acompanhada de servidores com conhecimentos técnicos de gestão em recursos humanos, assim como a fiscalização do referido contrato será acompanhada com servidores capacitados.

Anterior a formalização do Contrato, deverão ser adotadas providências técnicas e administrativas que atestem a plena viabilidade de integração entre o sistema a ser contratado e o sistema atualmente utilizado pelo MNF para gestão da folha de pagamento, mantido pela empresa **E&L Produções de Software Ltda.**

Desta forma, fica previamente estabelecido que:

1. **A contratada será responsável por realizar todos os procedimentos técnicos necessários à**



**integração entre os sistemas**, inclusive análise de compatibilidade, testes de conectividade e parametrizações específicas, respeitando os padrões e limites de acesso estabelecidos pela E&L;

2. **Caberá ao Município de Nova Friburgo viabilizar o acesso da contratada ao ambiente técnico da empresa E&L**, mediante: fornecimento de dados de contato técnico da E&L; formalização, caso necessário, de termo técnico de cooperação ou autorização para que a contratada realize a transmissão/importação de dados do sistema atual (E&L) ao novo sistema web; garantia de acompanhamento e suporte institucional durante a fase de integração.
3. **Caso a E&L condicione o compartilhamento de dados a obrigações contratuais específicas (custos, termos de sigilo, limitações técnicas)**, o Município deverá avaliar previamente a viabilidade de tais exigências, podendo incluí-las como responsabilidade da futura contratada, desde que expressamente pactuado no contrato.
4. A **migração de empréstimos consignados ativos** eventualmente registrados em sistemas paralelos ou planilhas será de responsabilidade da contratada, com apoio técnico das áreas de RH e TI do Município.

Essas providências deverão ser concluídas antes da fase de implantação e parametrização do sistema, para assegurar a interoperabilidade e continuidade dos serviços de gestão de pessoal.

#### **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:**

Não há contratações correlatas ou interdependentes em andamento referente ao objeto do referido estudo, em consonância com o art. 18, § 1º, XI da Lei nº 14.133/2021.

#### **13. IMPACTOS AMBIENTAIS:**

A presente contratação refere-se à disponibilização de solução **inteiramente digital e automatizada** para gestão da margem consignável dos servidores públicos do Município de Nova Friburgo, o que além de modernizar a gestão pública e otimizar os recursos humanos, também traz impactos ambientais positivos, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade previstas no art. 18, § 1º, XII da Lei 14.133/21.

Neste compasso, a substituição de sistemas manuais e de papel por um sistema eletrônico representa uma contribuição significativa para a redução do consumo de papel e de outros materiais físicos, que podem facilmente levar a erros de cálculo e repasses financeiros. Além disso, essa redução no uso de papel está diretamente ligada à diminuição do desmatamento e da emissão de gases poluentes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Ademais, considerando que o sistema eletrônico, facilita o armazenamento e a gestão dos dados de frequência de forma virtual, dispensando o uso de grandes espaços físicos para arquivamento de documentos, otimizando os espaços das repartições públicas.

Isso também implica uma redução no uso de mobiliário e materiais de armazenamento, além de contribuir para a economia de energia elétrica e outros recursos necessários para manter arquivos físicos.

Nesse sentido, a contratação de um sistema para gestão de margem consignável deve ser vista como uma prática sustentável, uma vez que promove uma gestão mais eficiente e com menor pegada ecológica, garantindo que o MNF atenda às exigências legais de responsabilidade socioambiental.



Diante do exposto, é possível perceber que ao optar pela contratação de um sistema integralmente digital para empréstimo consignado, o MNF não apenas cumpre com os requisitos legais de modernização e eficiência, mas também demonstra um compromisso com a sustentabilidade e a preservação ambiental, alinhando-se aos princípios estabelecidos pela Lei n.º 14.133/2021.

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Após análise dos aspectos legais, administrativos e ambientais dispostos neste ETP, bem como das alternativas disponíveis no mercado, dos aspectos técnicos, econômicos, operacionais e ambientais relacionados, conclui-se que a contratação de empresa especializada para disponibilização, operação e manutenção de sistema informatizado, seguro, automatizado e integrado para a gestão da margem consignável dos servidores públicos vinculados à Prefeitura de Nova Friburgo, é, não apenas necessária, mas também essencial para o avanço da gestão pública em conformidade com os princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, sendo tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os objetivos públicos perseguidos.

A adoção deste sistema alinha-se com os princípios constitucionais previstos no caput art. 37 da CRFB, garantindo que a Administração Pública exerça suas funções de maneira otimizada, com o máximo aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

A implantação de um sistema informatizado para gestão da margem consignável, não apenas melhora o acompanhamento e a gestão do quadro de servidores, mas também reduz significativamente o risco de erros, inconsistências e fraudes, além de aumentar a transparência e a confiabilidade dos dados.

Ademais, do ponto de vista jurídico, a implementação do sistema é amparada pela legislação trabalhista, municipal e pela Lei n.º 14.133/2021, que incentiva a adoção de práticas sustentáveis e inovadoras nas contratações públicas.

Ainda nesta vereda, o sistema de gestão de margem consignável possibilita a integração eficiente com as instituições bancárias, criando uma plataforma unificada que facilita a administração do tempo de trabalho dos servidores e melhora a capacidade de planejamento do município.

Isso, por sua vez, resulta em uma melhor prestação de serviços à população, uma vez que garante transparência e rastreabilidade, evitando **riscos operacionais e jurídicos**, ao concentrar a gestão da solução em fornecedor único, experiente e com estrutura técnica comprovada.

Diante do exposto, considerando os benefícios identificados e a conformidade com os princípios constitucionais e legais, a implementação de um sistema de gestão de margem consignável no MNF deve ser vista como uma prioridade estratégica, considerando que o atual contrato do objeto prestado findará em Outubro/2025.

Essa iniciativa não apenas moderniza a administração pública, mas também promove uma gestão mais transparente, eficiente e sustentável, alinhada com os desafios e as demandas do cenário contemporâneo, declarando-se viável e recomendável a contratação da solução descrita, nos moldes apresentados neste ETP, por configurar-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, com foco na eficiência administrativa, sustentabilidade e controle institucional, à luz do art. 18, § 1º, XIII da Lei n.º 14.133/21.

#### 15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO



**DOCUMENTO:**

Certifica-se os responsáveis pela elaboração do presente documento que compila o Estudo Técnico Preliminar e que o mesmo traz os conteúdos previstos no art. 18, § 1º da Lei nº14.133/21.

| Gestor:                               | Apoio Técnico:                | De acordo:                   |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
|                                       |                               |                              |
|                                       |                               |                              |
|                                       |                               |                              |
| <u>Érica Pinheiro Terra</u>           | <u>Bárbara Storck Pedrosa</u> | <u>Rodrigo Jardim Ascoly</u> |
| Matr.: 199.206                        | Matr.: 063.436                | Matr.: 063.781               |
| Nova Friburgo/RJ, 18 de Julho de 2025 |                               |                              |
|                                       |                               |                              |